

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
CONCURSO PÚBLICO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2023

Prova Nível Médio: NM67 (Benjamin Constant) e NM50 (Manaus)
TÉCNICO EM CONTABILIDADE

Data: ___/___/_____

Tempo de realização da prova: 4 (quatro) horas

Leia com atenção as instruções

Você receberá do Aplicador de Sala:

- ✓ Um Caderno de Questões contendo 45 (quarenta e cinco) questões objetivas, sendo 10 (dez) de Língua Portuguesa, 10 (dez) de Legislação e 25 (vinte e cinco) de Conhecimentos Específicos do Cargo.
- ✓ Após cerca de 15min do início das provas, terá início a entrega do CARTÃO-RESPOSTA personalizado. É de sua inteira responsabilidade certificar-se de que seu nome corresponde ao que está impresso no CARTÃO-RESPOSTA. Assine o CARTÃO-RESPOSTA assim que recebê-lo do Aplicador de Sala.
- ✓ Transcreva suas respostas para o Cartão-Resposta preenchendo todo o círculo. Após o preenchimento não será possível fazer qualquer alteração no CARTÃO-RESPOSTA, pois, se assim o fizer, a questão será considerada nula.
- ✓ Não rasure, não amasse, não dobre e/ou rasgue o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica fabricada em material transparente e de tinta na cor **preta** para assinalar suas respostas no CARTÃO-RESPOSTA.

Assinale assim: ●

- ✓ Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova. Faça-a com tranquilidade e controle o seu tempo pelo MARCADOR DE TEMPO afixado no Quadro à sua frente. Esse tempo inclui as respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Somente depois de decorridos 90 (noventa) minutos do início das provas, você poderá retirar-se da sala de prova, entregando OBRIGATORIAMENTE, ao Aplicador de Sala, o CADERNO DE QUESTÕES e o CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Verifique se assinou o CARTÃO-RESPOSTA antes de entregá-lo ao Aplicador de Sala.
- ✓ Somente será permitido a você levar o Caderno de Questões, quando estiver faltando 30 (trinta minutos) para o término da prova.
- ✓ É terminantemente vedado copiar suas respostas assinaladas no CARTÃO-RESPOSTA.
- ✓ Os 3 (três) últimos candidatos só poderão deixar a sala SIMULTANEAMENTE e deverão assinar a Ata de Sala de Prova juntamente com a equipe de fiscalização do Centro de Aplicação.
- ✓ Os Aplicadores de Sala não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir sobre a alternativa correta.

NOME: _____

CIDADE DE PROVA: _____ **LOCAL DE PROVA:** _____

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia o poema “Os poderes infernais”, de Carlos Drummond de Andrade, publicado no livro *A Vida passada a limpo* (inserido em *Poemas*, no ano de 1959):

- 1 O meu amor faísca na medula,
pois que na superfície ele anoitece.
Abre na escuridão sua quermesse.
É todo fome, e eis que repele a gula.
- 5 Sua escama de fel nunca se anula
e seu rangido nada tem de prece.
Uma aranha invisível é que o tece.
O meu amor, paralisado, pula.
- Pulula, ulula. Salve, lobo triste!
- 10 Quando eu secar, ele estará vivendo,
já não vive de mim, nele é que existe
o que sou, o que sobro, esmigalhado.
O meu amor é tudo que, morrendo,
não morre todo, e fica no ar, parado.

Sobre o poema fazem-se as seguintes afirmativas:

- I. O poeta, embora tente disfarçar o amor que sente, não consegue, pois ele está entranhado em seu íntimo.
- II. A expressão “lobo triste” (verso 9) está se referindo às pessoas que não conseguem ter a alegria de amar.
- III. O verso 4 expressa uma contradição em seu enunciado, mas isso de forma alguma prejudica as ideias contidas no texto.
- IV. O vocábulo “quermesse” (verso 3) possui, de acordo com o contexto, o significado de “festa”, acontecimento para acabar com a tristeza expressa em “escuridão”.
- V. O poeta compara o amor com um peixe que vive em sua profundidade, como se pode compreender a partir da expressão “escama de fel” (verso 5).

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e V são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas I, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas I, III e V são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas II, III e IV são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas II, IV e V são verdadeiras.

02. Leia as frases a seguir:

- I. Moro no bairro da Cachoeirinha há cerca de dez anos.
- II. Pretendia ir ao Shopping, mais não pude ir devido à chuva.
- III. Entre mim e ti nunca aconteceram problemas graves.
- IV. Há bastantes alimentos na geladeira; por isso, estou despreocupado.
- V. Estou ao par de tudo o que aconteceu.
- VI. O real ainda não está a par do dólar.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as frases I, II e V estão corretas.
- b) Somente as frases I, III e IV estão corretas.

- c) Somente as frases II, III, V e VI estão corretas.
- d) Somente as frases II, IV e VI estão corretas.
- e) Somente as frases III, V e VI estão corretas.

03. Considere as formas verbais destacadas em negrito nas frases a seguir:

- I. Talvez os atletas já **tenham realizado** as atividades físicas programadas.
- II. Louvai o presente, mas não **esqueçais** jamais o passado histórico.
- III. Não passou no concurso; entretanto, **havia estudado** com afinco.
- IV. Se me **chamassem**, eu contaria em detalhes o ocorrido.

A classificação **CORRETA**, de tempo e modo, dessas frases é:

- a) I: pretérito perfeito composto do subjuntivo; II: imperativo negativo; III: pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo e IV: pretérito imperfeito do subjuntivo.
- b) I: pretérito perfeito composto do subjuntivo; II: pretérito imperfeito do subjuntivo; III: pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo e IV: futuro do subjuntivo.
- c) I: pretérito perfeito composto do indicativo; II: pretérito imperfeito do subjuntivo; III: pretérito imperfeito composto do indicativo e IV: pretérito imperfeito do subjuntivo.
- d) I: pretérito imperfeito composto do indicativo; II: imperativo negativo; III: pretérito imperfeito composto do indicativo e IV: presente do subjuntivo.
- e) I: pretérito imperfeito composto do indicativo; II: imperativo negativo; III: pretérito perfeito composto do indicativo e IV: futuro do subjuntivo.

04. Leia as frases a seguir, atentando para o emprego das palavras “que”, “se” e “como”, destacadas em negrito:

- I. Em relação ao conhecimento do universo, **que** ignorantes somos!
- II. Para ir até Marte e iniciar a colonização, precisa-**se** de pessoas corajosas.
- III. **Como!** Até hoje você não se vacinou contra a Covid-19?
- IV. Pelo seu talento, você tem um **quê** de artista excepcional.

Assinale a alternativa que expressa, **CORRETAMENTE**, as classificações das três palavras:

- a) I: Advérbio de intensidade; II: Pronome apassivador; III: Palavra de realce ou expletiva e IV: Substantivo.
- b) I: Advérbio de intensidade; II: Pronome apassivador; III: Pronome relativo e IV: Palavra de realce ou expletiva.
- c) I: Advérbio de intensidade; II: Índice de indeterminação do sujeito; III: Interjeição e IV: Substantivo.

- d) I: Pronome adjetivo exclamativo; II: Índice de indeterminação do sujeito; III: Palavra de realce ou expletiva e IV: Substantivo.
 e) I: Pronome adjetivo exclamativo; II: Índice de indeterminação do sujeito; III: Pronome relativo e IV: Palavra de realce ou expletiva.

05. Leia o texto a seguir, intitulado “Camões”, de autoria de Monteiro Lobato, constante do livro *Mundo da lua* (São Paulo: Globo, 2008, p. 35):

Não se aprende, Senhor, na fantasia: sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando.

Dizia-o Camões porque de experiência própria o sabia. Tristes os que aprendem nos livros, dentro da clausura morna dos gabinetes! Um só livro existe: a Vida; um só gabinete, a Natureza. Porém criaturas há que nascem algemadas e passam a vida tentando romper as pulseiras. Outras nascem com asas. Libérrimas e movediças – os furões da vida. Só estas vivem e sabem da vida alguma coisa.

Assinale a alternativa em que todas as palavras (extraídas do texto) apresentam dígrafo:

- a) sabem – passam – pulseiras – tristes
 b) nascem – tentando – clausura – dentro
 c) furões – experiência – romper – movediças
 d) nascem – pelejando – criaturas – um
 e) passam – Senhor – aprendem – libérrimas

06. Leia o texto a seguir, início do capítulo “O Homem Sábio”, constante do livro *1822*, de Laurentino Gomes (São Paulo: Globo, 2015 p. 143, adaptado):

Dois anos depois da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva pediu autorização ao rei dom João VI para voltar a Santos, cidade em que nascera, no litoral paulista. Depois de viver muitos anos na Europa, sentia-se velho e cansado. De acordo com sua psicologia, queria morrer em paz ao lado dos familiares. Como era funcionário graduado da coroa portuguesa, dependia de aprovação para continuar a receber seus vencimentos no Brasil. Os pedidos, insistentes, se repetiam havia uma década, contudo eram sempre negados. “Estou doente, aflito e cansado”, queixava-se a dom Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro conde de Linhares, já em 26 de maio de 1806. “Logo que acabe meu tempo em Coimbra, vou deitar-me sem mágoa aos pés de Sua Alteza Real (o príncipe regente dom João) para que me deixe ir acabar o resto dos meus cansados dias nos vácuos dos sertões do Brasil a cultivar o que é meu”.

Assinale a alternativa **INCORRETA** a respeito de encontros vocálicos e consonantais do texto:

- a) Apresentam ditongos nasais as seguintes palavras: “repetiam”, “autorização”, “muitos”.
 b) Apresentam ditongos decrescentes as seguintes palavras: “depois”, “Sousa”, “deixe”.
 c) Apresentam encontros consonantais perfeitos as seguintes palavras: “psicologia”, “Rodrigo”, “Brasil”.

d) Apresentam encontros consonantais imperfeitos as seguintes palavras: “voltar”, “cansados”, “Alteza”.

e) Apresentam ditongos crescentes as seguintes palavras: “Bonifácio”, “vácuos”, “mágoa”.

07. Leia as frases a seguir, atentando para a pontuação que apresentam:

- I. Zemaria meu grande amigo antecedeu-me na Academia de Letras.
 II. Guimarães Rosa disse a seguinte frase: Viver é muito perigoso.
 III. Acho que eram... Não sei dizer ao certo quando a chuva caiu.
 IV. Solteiro, foi um jovem irreverente; casado, um homem circunspecto.
 V. Naquele dia – uma quinta-feira ensolarada – recebeu os amigos para um almoço.
 VI. Rapaz, para entender o mundo, comece por estudar, o ser humano.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente estão corretas as frases I, III e IV.
 b) Somente estão corretas as frases I, IV e VI.
 c) Somente estão corretas as frases II, III e V.
 d) Somente estão corretas as frases II, V e VI.
 e) Somente estão corretas as frases III, IV e V.

08. Leia as frases a seguir, atentando para o sentido das orações coordenadas sindéticas destacadas em negrito:

- I. Estudou muito para o concurso; **mereceu, em vista disso, sua aprovação.**
 II. O professor explicava a teoria da relatividade, **e ninguém o escutava.**
 III. Sou um político honesto, **ao passo que meu adversário é corrupto.**
 IV. Deixe-me sozinho, **que eu quero trabalhar em paz.**
 V. A juventude de hoje não estuda **nem se interessa por livros.**

Assinale a alternativa que apresenta a classificação **CORRETA** das orações coordenadas:

- a) I: conclusiva; II: aditiva; III: adversativa; IV: conclusiva e V: aditiva
 b) I: explicativa; II: adversativa; III: comparativa; IV: causal e V: alternativa
 c) I: conclusiva; II: adversativa; III: adversativa; IV: explicativa e V: aditiva
 d) I: explicativa; II: aditiva; III: conformativa; IV: causal e V: alternativa
 e) I: explicativa; II: aditiva; III: comparativa; IV: adversativa e V: alternativa

09. Leia as afirmativas a seguir:

- I. A língua popular não tem preocupações com as normas estabelecidas pela gramática e se utiliza comumente de gírias.

- II. A língua escrita se caracteriza por uma linguagem artificial e elaborada, por um vocabulário culto e preocupações com a gramática.
- III. As variações linguísticas são formas erradas de utilização do idioma, como as que se observam no meio rural.
- IV. A língua literária é o uso de palavras e expressões de uma língua com criatividade e originalidade.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I, II e IV são verdadeiras.
 b) Somente as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
 c) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
 d) Somente as afirmativas III e IV são verdadeiras.
 e) Todas as afirmativas são verdadeiras.
10. Em relação ao uso da língua portuguesa, o Manual de Redação Oficial da Presidência da República (3ª edição) estabelece alguns critérios para a sua utilização. A esse respeito, leia as afirmativas a seguir:
- I. A redação oficial deve ter clareza e objetividade, o que não a impede de utilizar gírias e outros termos populares.
 II. É exigido o uso da impessoalidade, mesmo que se trate de um expediente assinado por determinado chefe de seção.
 III. Recomenda-se o uso da língua culta, o que significa empregar a linguagem de modo rebuscado e com figuras literárias.
 IV. Recomenda-se ao redator de um texto que não evite consultas à gramática e ao dicionário.
 V. Nos documentos oficiais, é permitido ao redator colocar impressões pessoais, a fim de ampliar o sentido da comunicação.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Somente as afirmativas I e IV são verdadeiras.
 b) Somente as afirmativas I e V são verdadeiras.
 c) Somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
 d) Somente as afirmativas II e IV são verdadeiras.
 e) Somente as afirmativas III e V são verdadeiras.

LEGISLAÇÃO

11. Nos termos a Lei nº. 8.112/1990, são requisitos básicos para investidura em cargo público, **EXCETO** o(a):
- a) certidão de antecedentes criminais.
 b) idade mínima de dezoito anos e a aptidão física e mental.
 c) nacionalidade brasileira e o gozo dos direitos políticos.
 d) nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
 e) quitação com as obrigações militares e eleitorais.
12. De acordo com a Lei nº. 8.112/1990, são formas de provimento de cargo público a:
- a) recondução, a reintegração e a ascensão.
 b) nomeação, a promoção e o aproveitamento.
 c) readaptação, a transferência e a reversão.

- d) recondução, a promoção e a assunção de cargo em caráter transitório.
 e) reintegração, a gratificação e a nomeação.

13. Nos termos da Lei nº. 8.112/1990, reintegração é o(a):

- a) investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
 b) retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
 c) retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e reintegração do anterior ocupante.
 d) passagem do servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo Poder.
 e) reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

14. Sobre vencimento e remuneração, conforme a Lei nº. 8.112/1990, seguem as assertivas:

- I. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
 II. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
 III. O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
 IV. Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário-mínimo.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Existe uma assertiva verdadeira.
 b) Existem duas assertivas verdadeiras.
 c) Existem três assertivas verdadeiras.
 d) Existem quatro assertivas verdadeiras.
 e) Nenhuma assertiva é verdadeira.

15. Nos termos da Lei nº. 8.112/1990, ajuda de custo, diárias, transporte e auxílio-moradia constituem:

- a) adicionais sobre o vencimento do servidor.
 b) gratificações devidas ao servidor.
 c) indenizações ao servidor.
 d) vantagens pagas ao servidor.
 e) vencimentos atribuídos ao servidor.

16. Sobre o direito de petição, nos exatos termos da Lei nº. 8.112/1990, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, podendo ser renovado.
 b) Da decisão que indefere o pedido de reconsideração do direito de petição não caberá recurso.

- c) É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse próprio ou alheio, ainda que ilegítimo.
- d) O direito de requerer prescreve em 120 (cento e vinte) dias quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho.
- e) O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

17. Conforme previsto na Lei nº. 8.112/1990, são penalidades disciplinares cabíveis ao servidor público:

- I. Advertência e suspensão.
- II. Demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- III. Destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada.
- IV. A proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame público.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Existe uma assertiva verdadeira.
- b) Existem duas assertivas verdadeiras.
- c) Existem três assertivas verdadeiras.
- d) Existem quatro assertivas verdadeiras.
- e) Nenhuma assertiva é verdadeira.

18. Sobre a Lei nº. 8.429/1992, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público Federal competente ou Delegado Federal com atribuição, para as providências necessárias.
- b) Aplicam-se ao sistema da improbidade administrativa os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- c) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- d) Constitui ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- e) Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra o princípio da administração pública revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

19. Nos termos do Código de Ética Profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, é vedado ao servidor público, **EXCETO**:

- a) apresentar-se embriagado no serviço ou fora dele habitualmente.
- b) o uso do cargo ou função, facilidades, amizades, tempo, posição e influências, para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- c) permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores.
- d) utilizar recursos públicos, como equipamentos de escritório ou veículos oficiais, para fins pessoais não autorizados, causando desperdício de recursos do contribuinte e comprometendo a eficiência do serviço público.
- e) usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano moral ou material.

20. Conforme previsto na Lei nº. 11.091/2005, caberá à Instituição Federal de Ensino avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis, **EXCETO**:

- a) a modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.
- b) o aumento demográfico conforme divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.
- c) as demandas institucionais.
- d) as inovações tecnológicas.
- e) a proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO

21. O Plano Plurianual (PPA) do período de 2016 a 2019, foi denominado de:

- a) Brasil de Todos.
- b) Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade.
- c) Desenvolvimento, Produtividade e Inclusão Social.
- d) Planejar, Priorizar e Avançar.
- e) Plano Mais Brasil.

22. As _____ são provenientes da fruição de dinheiro pertencente ao ente público.

Assinale a alternativa que completa, **CORRETAMENTE**, a lacuna do texto:

- a) Receitas de Contribuições
- b) Receitas Financeiras
- c) Amortizações de Empréstimos
- d) Receitas Patrimoniais
- e) Receitas de Serviços

23. Com relação à Receita Pública Governamental, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A receita orçamentária é utilizada pelo Estado em programas e ações cuja finalidade precípua é abastecer as necessidades públicas e consumo da sociedade.
- b) Em sentido amplo, são públicas exclusivamente as receitas orçamentárias.
- c) Instrumento por meio do qual alavanca a execução das políticas públicas.
- d) Receitas públicas originárias, segundo a doutrina, são as arrecadadas por meio da busca de atribuições econômicas pela Administração Pública.
- e) São disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento moderno para o patrimônio público.

24. A elaboração do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) visa atender aos seguintes objetivos específicos, **EXCETO**:

- a) apresentar um breve histórico do processo de elaboração do projeto da LDO.
- b) descrever as etapas do processo.
- c) diferenciar os atores envolvidos e a matriz de responsabilidades.
- d) esclarecer as funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- e) estabelecer diretrizes gerais para a realização das tarefas.

25. Em relação aos Créditos Suplementares, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A vigência dos Créditos Suplementares limita-se ao exercício financeiro em que foram abertos, não sendo admitida prorrogação (reabertura).
- b) Os Créditos Suplementares, dependentes de autorização legislativa, são para reforço de dotação insuficientemente prevista na LOA, nas condições e limites estabelecidos na própria Lei Orçamentária Anual (LOA).
- c) Os Créditos Especiais são destinados para reforço de dotação de subtítulo constante da Lei Orçamentária Anual.
- d) Os Créditos Suplementares são destinados às despesas para as quais não haja subtítulo na Lei Orçamentária Anual.
- e) Os Créditos Suplementares autorizados na Lei Orçamentária são para reforço de dotação insuficientemente prevista na LOA, acima dos limites autorizados na LOA ou não autorizada no texto da referida lei.

26. Acerca do Campo de Aplicação da Contabilidade Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Às empresas Estatais independentes, é facultado aplicar a Lei 6.404/1976.
- b) Às empresas que recebam recursos públicos, é obrigatória a aplicação da Contabilidade Pública, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

- c) No entendimento do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), os Conselhos Profissionais são autarquias e, por isso, não devem obrigatoriamente aplicar a Contabilidade Pública.
- d) Aos serviços sociais, é obrigatório aplicar a Estrutura Conceitual à Contabilidade aplicada ao Setor Público, desde abril de 2018.
- e) No entendimento da Secretaria do Tesouro Nacional, é facultado aos Conselhos Profissionais aplicar a Contabilidade Pública em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP).

27. Na Receita Pública, a Classificação por Identificador de Resultado Primário permite uma apreciação correta da proposta orçamentária, evitando-se intervenções que resultem em redução involuntária do resultado primário. São exemplos, **EXCETO**:

- a) as aplicações financeiras da União.
- b) a comercialização de produtos para pessoas e/ou empresas.
- c) a contratação de operações de crédito por organismos oficiais.
- d) as Contribuições Sociais.
- e) a contratação de operações de crédito por organismos oficiais.

28. Em relação ao Orçamento Público, assinale **V**, para verdadeiro, ou **F**, para falso, nas afirmativas a seguir:

- () O orçamento da Seguridade Social abrange as áreas da previdência, assistência social e saúde.
- () A Constituição Federal de 1988 não devolveu ao Congresso Nacional a prerrogativa de participar efetivamente do orçamento.
- () Todas as despesas constantes na lei orçamentária devem ser obrigatoriamente realizadas pelos governantes.
- () Não é permitida a execução de nenhuma obra, pagamento de serviços e de outras despesas que não estejam autorizadas pela lei orçamentária.

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETAMENTE**, com **V** ou **F**, de cima para baixo:

- a) V – F – F – V
- b) V – F – V – F
- c) F – F – V – V
- d) V – F – F – F
- e) V – V – V – F

29. Em relação às etapas da Receita Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A etapa de recolhimento situa-se no contexto de constituição do crédito tributário.
- b) O lançamento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, permitindo fragmentações para a criação de caixas especiais.
- c) O art. 58 da Lei nº 4.320/1964 define o lançamento como ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

- d) O modelo de previsão dependerá do comportamento da série histórica de arrecadação e de informações fornecidas pelos órgãos orçamentários ou unidades arrecadoras envolvidos no processo.
- e) Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de competência para o ingresso das receitas públicas.
- 30.** Em relação ao Conceito de Contabilidade Pública, analise a alternativa **CORRETA**:
- a) O termo Relatório Contábil de Propósito Geral (RCPG) foi introduzido pelo acórdão TCU 99, em setembro de 2017.
- b) A Contabilidade Pública é uma ciência informacional.
- c) No relatório Demonstrativo Gerencial, da Gestão Fiscal, verifica-se que determinada ação governamental pode ser mantida ou encerrada.
- d) A Contabilidade Pública tem por objeto o Patrimônio e o Orçamento Público.
- e) É exemplo de RCPG, a Resolução CFC nº 1268/2009.
- 31.** Em relação aos bens de uso especial, podemos afirmar que são:
- a) aqueles que podem ser usados por todos indistintamente, em caráter geral e livre.
- b) os que integram o domínio público com características diferentes, pois podem ser utilizados em qualquer fim ou, mesmo, alienados, se a administração julgar conveniente.
- c) imóveis de domínio público, construídos ou não por pessoas jurídicas de direito público, também chamados de patrimônio comunitário, cultural ou social.
- d) inventariados, avaliados e contabilizados no patrimônio (ativo) da entidade que os controla.
- e) os destinados ao uso das repartições públicas, como instrumentos da Administração Pública, para a prestação de serviços à sociedade.
- 32.** Em relação às entidades que devem utilizar o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, é **INCORRETO** afirmar que são:
- a) as Empresas Estatais independentes.
- b) as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- c) os Conselhos Profissionais.
- d) os Serviços Sociais autônomos.
- e) todos os poderes de cada ente da federação, seus fundos, órgãos, autarquias.
- 33.** Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), assinale a alternativa **INCORRETA**:
- a) A DVP evidencia as transações quantitativas ocorridas no patrimônio.
- b) A DVP tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado.
- c) O Resultado Patrimonial (RP) do período é apurado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas (VPQA) e Diminutivas (VPQD).
- d) O Resultado Patrimonial (RP) impacta no patrimônio líquido da entidade.
- e) Os ganhos ou perdas, antes dos tributos reconhecidos na alienação de ativos ou pagamento de passivos relativos a operações em continuidade, fazem parte da estrutura atual.
- 34.** Em relação ao Decreto nº 11.069/2022, assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) A nova lei determina e torna excepcional o pagamento por meio de ordem bancária pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), do Governo Federal.
- b) As horas trabalhadas em atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, devem ser compensadas no prazo de até dois anos.
- c) Considera-se como instrutoria o exercício de atividade de moderação de comunidade de prática, fórum de aprendizagem ou lista de discussão.
- d) Há dispensa da compensação de carga horária para servidores que estão no programa de gestão, uma vez que sua produtividade se dá por meio de entregas pactuadas entre o servidor e o órgão ou entidade de seu exercício.
- e) As Unidades Orçamentárias não possuem autonomia para elaborar tabela de valores da gratificação, cabendo a competência aos órgãos auxiliares do Governo Federal.
- 35.** Considere a seguinte afirmativa sobre Licitação e Contratos:
- “Licitação é a forma como a Administração Pública pode comprar e vender.”
- Assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) O contrato é um acordo entre órgãos da Administração Pública e particulares, em que há um ajuste para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas.
- b) Atualmente existem duas leis gerais de licitações em vigor: a Lei nº 8.666/1993, com vigência até dezembro de 2024 (MP nº 1.167/2023), e a Lei nº 14.132/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos.
- c) As compras públicas só podem ser feitas através da licitação.
- d) Deve-se levar em conta um critério antes de escolher a modalidade e o valor da transação.
- e) O instrumento de contrato não é obrigatório nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.

36. Em relação à classificação da Despesa por Esfera Orçamentária (DEO), analise a alternativa **INCORRETA**:

- a) A classificação como órgão orçamentário não traduz a estrutura dos órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.
- b) Na Lei Orçamentária Anual (LOA), a DEO tem por finalidade identificar se a despesa pertence ao Orçamento Fiscal, à Seguridade Social ou ao Investimento das Empresas Estatais.
- c) Na União, reflete as estruturas organizacional e administrativa e compreende dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária.
- d) O código da classificação institucional compõe-se de três dígitos, sendo o primeiro reservado à identificação do órgão orçamentário e os demais, à Unidade Orçamentária (UO).
- e) Um órgão orçamentário não corresponde necessariamente a uma estrutura administrativa.

37. Em relação às etapas da Despesa Pública, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A fixação da despesa orçamentária é uma etapa que não está inserida no processo de planejamento.
- b) A fixação da despesa refere-se aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base nas receitas previstas, a serem efetuados pelas entidades públicas.
- c) O empenho será formalizado mediante a emissão de um documento denominado “Nota de Empenho”, no qual deve constar o nome do devedor, a especificação do devedor e a importância da despesa e os dados necessários ao controle da execução orçamentária.
- d) O tipo de empenho que poderá ser utilizado para as despesas de valor variável e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez, é o empenho ordinário.
- e) Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho não poderá ser reforçado.

38. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O orçamento tradicional “copiava” as receitas e despesas dos anos anteriores, aplicando como fator de correção o Produto Interno Bruto.
- b) No orçamento de desempenho, o objetivo do resultado é secundário; o objetivo primário é o gasto.
- c) Enquanto no orçamento tradicional o critério contábil é o grande limitador, no orçamento-programa fala-se em critério funcional-programático. Ou seja, organizam-se as ações do governo sob a forma de programas visando proporcionar maior racionalidade e eficiência.
- d) O orçamento tradicional surge nas empresas privadas.

e) Em níveis superiores de gerência, a técnica base-zero é considerada deficiente, uma vez que gera lentidão e burocracia, caso aplicada ao todo.

39. Leia o texto a seguir sobre as Despesas de Caráter Continuado:

O Projeto de lei para alteração do piso salarial a ser concedido à categoria “Professor” integrante do Plano de Cargos e Salários do Estado, cujo aumento proposto será de 20%.

Especifique a correlação da despesa com o programa e projeto/atividade consignado no orçamento da LOA, assinalando **V**, para verdadeiro, ou **F**, para falso:

- () Deverá ser efetuado o cálculo do impacto orçamentário-financeiro, ou seja, quais serão os dispêndios decorrentes da alteração do referido piso salarial.
- () Verificar se o aumento apurado através do cálculo acima especificado não comprometerá o limite legal estabelecido para a despesa de pessoal.
- () O demonstrativo deverá ser efetuado a partir da consolidação do aumento previsto da despesa com os valores projetados para a despesa total com pessoal, no período, objeto de análise.
- () Não atingir até mesmo o limite prudencial, ou seja, 80% do limite acima especificado ou 41,3% da Receita Corrente Líquida.

Assinale a alternativa que preenche, **CORRETAMENTE**, a coluna da esquerda, de cima para baixo:

- a) V – V – V – F
- b) F – V – V – F
- c) V – F – V – F
- d) F – F – V – V
- e) V – V – F – F

40. Considere o seguinte texto relativo à classificação das Despesas:

Cada classificação possui uma finalidade específica e um objetivo original que justifica sua criação e pode ser associada a uma questão básica que procura responder a(s) seguinte(s) questão(ões): _____.

Assinale a alternativa que completa, **CORRETAMENTE**, a lacuna do texto:

- a) A Estrutura Programática responde: “Quem” é o responsável por fazer?
- b) A Classificação por Esfera Orçamentária responde: O “que” se pretende alcançar com a implementação da Política Pública?
- c) A Classificação Institucional responde: “O que se pretende alcançar com a implementação da Política Pública?”.
- d) As Informações Principais da Ação (ação) respondem: “Em qual Orçamento?”
- e) A Classificação Funcional responde: Em que “áreas” de despesa a ação governamental será realizada?

41. Em relação à Lei Orçamentária Anual (LOA), do governo Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) É uma lei anual que estabelece, entre outros assuntos, as metas e prioridades do governo, ou seja, as obras e os serviços mais importantes a serem realizados no ano seguinte.
- b) No caso em que o projeto da lei orçamentária não seja aprovado até 31 de dezembro, o País ficará sem lei orçamentária.
- c) O orçamento da Seguridade Social é formado pela assistência social, saúde e educação.
- d) São empresas Estatais dependentes o Banco do Brasil, a Embrapa, a Petrobras e a Radiobrás.
- e) São exemplos de gastos no orçamento fiscal: infraestrutura, educação, agricultura, manutenção dos órgãos, transferências de receitas tributárias federais para Estados e Municípios.

42. Em relação ao Ativo Circulante, a fim de atender aos novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Espera-se que o ativo circulante seja realizado ou pretende-se que seja mantido com o propósito de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- b) O ativo será mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- c) Espera-se que o ativo circulante seja realizado até doze meses após a data das demonstrações contábeis.
- d) Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja superior a doze meses.
- e) São incluídos como ativos os que são vendidos, consumidos ou realizados como parte do ciclo operacional normal, mesmo quando não se espera que sejam realizados no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

43. Em relação à Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A DMPL demonstra cada item de receita e de despesa do período que seja atualizado no resultado em virtude de norma em geral.
- b) A DMPL deve apresentar a destinação do resultado, como, por exemplo, constituição de reservas e a distribuição de dividendos.
- c) A DMPL é obrigatória para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.
- d) A DMPL é facultativa para as empresas estatais independentes.
- e) A DMPL deve mostrar, para cada situação dos dividendos, os efeitos das emendas nas políticas contábeis.

44. Em relação à estrutura do Balanço Financeiro, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Fazem parte da estrutura as transferências recebidas e concedidas, decorrentes ou

independentes de execução orçamentária, destacando aportes de recursos para o Regime Próprio da Previdência Social (RPPS).

- b) Fazem parte da estrutura os recebimentos e os pagamentos extraordinários.
- c) A estrutura é composta de um quadro da Execução de Restos a Pagar processados.
- d) Apresenta as seguintes contas na estrutura: Assistência Social e Previdência Social.
- e) Os recursos vinculados à Educação e à Saúde fazem parte da estrutura do Balanço Financeiro.

45. Leia o texto sobre Orçamento Público:

“Orçamento é o documento que trata, em termos financeiros, do programa de trabalho do governo para cada ano, estima os recursos que devem ser arrecadados para financiar as despesas fixadas para a execução do programa de trabalho.”

Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Deve existir apenas um orçamento. Nenhum governante pode elaborar e executar mais de um orçamento para o mesmo período.
- b) É anual: no Brasil, o orçamento inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro, coincidindo com o ano civil.
- c) É um plano de trabalho: mais do que um documento de receitas e despesas, o orçamento é um programa de trabalho, com metas e objetivos a serem alcançados.
- d) Os recursos são programados para serem arrecadados ao longo do ano; portanto, é uma expectativa e não uma certeza de obtenção.
- e) Todos os anos, o chefe do Poder Executivo (prefeito, governador e presidente da República) deve elaborar a proposta de orçamento e enviá-la para discussão e votação na Câmara Municipal, no caso do município; na Assembleia Legislativa, no caso do Estado; e no Congresso Nacional, quando se tratar do País.



REALIZAÇÃO E EXECUÇÃO
COMPEC/UFAM